

JORNAL DO SERVIDOR

DA REDAÇÃO

Correio da Manhã SP



Metroviários soltam nota pedindo Catracas Livres

Situação de possível greve no Metrô de São Paulo é agravada

Nesta terça-feira (12), o Sindicato dos Metroviários de São Paulo realizará uma assembleia para decidir se o Metrô entrará em greve. Caso a paralisação seja aprovada, ela atingirá as linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata a partir das 0h do dia 13. A categoria divulgou um texto afirmando que atua com um quadro de funcionários reduzido pela metade e que os trabalhadores sofrem “ataques em seus planos de saúde”, com possíveis alterações no benefício, como aumento dos descontos em folha e reajustes. Além disso, a ausência de concursos públicos foi destacada como um dos motivos da paralisação. Segundo a categoria, caso o governador libere as catracas, os servidores trabalharão normalmente.

209 servidores demitidos

A Prefeitura de Florianópolis demitiu mais 45 servidores de instituições de ensino que estão parados devido à greve. A medida tem como motivo a “ausência injustificada”. Ao todo, 209 trabalhadores foram demitidos desde o início da paralisação, que já passou de 15 dias de duração. O maior número de desligamentos está nos Núcleos de Educação Infantil Municipal (NEIM) e na Escola Básica Municipal Professora Neuza Paula da Silveira.

Advocacia-Geral da União (AGU)



Seleção para a FUNAI terá análise curricular e entrevista.

80 vagas temporárias para a Funai

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas abriu processo seletivo simplificado para contratar especialistas temporários em proteção territorial, com atuação em Brasília. São 80 vagas imediatas e cadastro de reserva para profissionais de nível superior nas áreas de apoio administrativo, atividades de campo, georreferenciamento e manejo integrado do fogo. O salário é de R\$ 7.647,20, além de benefícios. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até 13 de maio pelo site da banca Avalia. A seleção terá análise curricular e entrevista online.

100 vagas Instituto Militar de Engenharia

O Instituto Militar de Engenharia (IME) abriu concurso com 100 vagas para cursos de formação de oficiais engenheiros. São 70 oportunidades para a ativa e 30 para a reserva, com inscrições entre 27 de maio e 8 de julho. Durante a formação, os alunos recebem R\$ 1.457, além de alimentação, alojamento e assistência médica. Após a conclusão do curso, a remuneração pode chegar a R\$ 9 mil como primeiro-tenente.

Danos à viaturas

Um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados prevê impedir que os agentes de segurança pública tenham descontos no salário devido a danos causados em viaturas durante ocorrências de emergência. A proposta é de autoria de Zé Vitor (PL-MG) e vale para policiais, bombeiros, guardas municipais.

Fundação Casa

Servidores da Fundação CASA conquistaram vitória definitiva na ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Públicos do Estado de São Paulo (SIT-SESP) sobre o pagamento de quinquênios e sexta-parce. A Justiça determinou que a fundação regularize os adicionais até 20 de junho.

Cargos no MP-SP I

A criação de novos cargos no Ministério Público de São Paulo avançou na Alesp e pode abrir caminho para um novo concurso público. O PLC 4/2026 recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça e ainda passará pela Comissão de Finanças antes de seguir para votação em plenário.

Cargos no MP-SP II

O projeto prevê 265 vagas para concursos, sendo 200 para oficial de promotoria I, cargo de nível médio com salário inicial de R\$ 6,2 mil. Também estão previstas vagas para analista de promotoria na área social, com ganhos de R\$ 8,4 mil, e analista técnico-científico, com remuneração próxima de R\$ 18 mil.

Gratificação no PI

O Tribunal de Justiça do Piauí determinou o pagamento de Gratificação por Incremento de Produtividade (GIP) que pode chegar a R\$ 10 mil para servidores efetivos e comissionados. O benefício será dividido em duas parcelas anuais e dependerá do cumprimento de metas e critérios de desempenho definidos pela Corte.

Segurança Pública

O Ministério da Justiça e Segurança Pública abriu uma pesquisa nacional para mapear desigualdades de gênero nas instituições de segurança pública. Servidores da área foram convidados a participar do levantamento, que busca subsidiar políticas de equidade, valorização profissional e combate à discriminação.



Ministros assinaram Resolução e despachos contra adicionais

STF reforça “vedação absoluta” a penduricalhos

Decisões recentes determinam auditorias em tribunais estaduais

Andre Souza

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ampliaram nas últimas semanas o cerco sobre os chamados “penduricalhos” pagos a integrantes do Judiciário e do Ministério Público. As medidas envolvem limites para benefícios extras, proibição de novos mecanismos de aumento indireto de remuneração e auditorias em tribunais estaduais. As novas decisões foram tomadas após o STF afirmar que há “vedação absoluta” para criação de penduricalhos não autorizados pela Corte. Os ministros também alertaram para possibilidade de responsabilização administrativa, civil e penal em caso de descumprimento das regras.

Em março deste ano, o STF definiu regras para o pagamento de verbas indenizatórias e adicionais acima do teto constitucional do funcionalismo, hoje fixado em R\$ 46,3 mil, valor equivalente ao salário dos ministros da Corte. Pela decisão, os benefícios extras ficaram limitados a 35% do teto remuneratório, o que representa cerca de R\$ 16,2 mil. Ao mesmo tempo, os ministros autorizaram o pagamento de um adicional por tempo de serviço, também limitado a 35% do teto. Com a soma das parcelas, remunerações podem alcançar cerca de R\$ 78,8 mil. O julgamento estabeleceu que as regras terão validade até que o Congresso Nacional aprove uma legislação específica sobre o tema. O STF também de-

terminou que tribunais e órgãos do Ministério Público sigam critérios uniformes em todo o país para a concessão das verbas.

Resolução e despachos

Depois da decisão, o CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovaram resolução conjunta para regulamentar os pagamentos autorizados pela Corte. A norma manteve benefícios como auxílio-moradia e criou novas regras para gratificações e indenizações. Nos últimos dias, os ministros do STF também aumentaram o controle sobre possíveis tentativas de ampliar remunerações fora das hipóteses autorizadas com despachos proibindo revisões, reclassificações e reestruturações de cargos, funções e comarcas que possam gerar aumentos indiretos de salários. As decisões também vedaram a criação de novas gratificações e auxílios e determinaram que todos os pagamentos sejam registrados em um único contracheque, com identificação integral dos valores recebidos.

Nos Estados

A Corregedoria Nacional de Justiça abriu procedimentos para fiscalizar folhas salariais de tribunais estaduais, que resultaram na anulação de normas no Paraná (que criava funções remuneradas em programas de residência e supervisão acadêmica), em Goiás (auditoria nas folhas de março e abril) e no Mato Grosso do Sul (análise das remunerações de magistrados).